



DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL DOS ESTUDANTES DE MEDICINA

Movimento em Defesa da Vida!

Política de Patrocínio 2002-2008

Dezembro 2008

Apresentação

Olá pessoal!

Este caderno é um compilado das deliberações da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (DENEM) no que tange sua Política de Patrocínios desde que se tem registro, a partir de 2002. Foi um trabalho iniciado pela Sede Nacional de 2006, que estamos atualizando por dois motivos. Um deles é facilitar a vida dos CA/DAs em relação a tomar conhecimento dessa política, o que geralmente é demanda das locais que se disponibilizam a sediar encontros da DENEM, sejam estes regionais ou nacionais. O outro motivo, e mais importante, é manter viva as reflexões que geraram esses debates ao longo dos anos, que se materializaram em deliberações. Nossa Política de Patrocínios é construída por estudantes, CA/DAs de todo o país durante nosso maior encontro (o ECEM- Encontro Científico dos Estudantes de Medicina), e reproduz o acúmulo que existe em relação a diversas pautas, a diversas bandeiras do movimento estudantil. Dizer não aos efeitos nefastos que a influência da Indústria Farmacêutica exerce na formação e na prática dos médicos e demais profissionais de saúde, dizer não à mercantilização da saúde e da educação, que são direitos dos cidadãos, e não mercadorias, são exemplos do que reafirmamos quando construímos essa política de patrocínios.

Como nada é estanque no movimento, está sempre aberto o espaço para que essa pauta seja debatida, questionada, atualizada, ressignificada. Para que essa Política de Patrocínio cumpra sua função, tem que fazer sentido no nosso dia a dia de militância estudantil. Esperamos que este caderno sirva como um convite para essas reflexões.

Saudações Estudantis,

Bruna Luíza Wunderlich
Coordenação de Finanças

Bruna Ballarotti
Coordenação Geral
Sede Nacional da DENEM – Gestão 2008

Diângeli Soares
Coordenação de Comunicação

III Reunião Órgãos Executivos da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (ROEX)

Rio de Janeiro, 17 de julho de 2002

Política de Patrocínio da DENEM

Contextualização: não possuímos registro oficial da última discussão deste ponto, mas em conversas com diversas pessoas, fizemos uma reunião de relatos que dizem que a política de patrocínios da entidade até o momento previa:

Vedado patrocínio de:

- a) Planos de Saúde
- b) Laboratórios e Indústrias Farmacêuticas, exceto de fabricantes de genéricos
- c) Produtos que potencialmente causem mal à saúde, ou ao bem estar social, dentre os quais: cigarros, bebidas alcoólicas, Nestlé, por fabricar o leite Nan, que se propõe a substituir o leite materno.
- d) Ícones do capitalismo, dentre os quais Coca Cola Company, Mc Donald's. Nike.

Várias pessoas colocaram as políticas adotadas por suas CL's. Algumas colocaram que seus CA's já fizeram a discussão internamente e trabalham com lógica semelhante à descrita. Outros já estão aceitando patrocínios de laboratórios para reformas dos espaços físicos dos CA's, por julgarem que o bom uso do dinheiro justifica a divulgação da marca. Foram pautada a necessidade de discutirmos a estrutura de nosso encontros, para que a questão do patrocínio não fosse tão crucial. Foram feitas sugestões para supervisão financeira na DENEM, além de reuniões prévias das Comissões Organizadoras e a sede administrativa da DENEM para estruturar bem a questão do patrocínio e explicar as razões pelas quais aceitamos ou negamos determinados apoios financeiros.

Foi colocada a necessidade de que a discussão fosse feita independentemente das dificuldades financeiras do ECEM, já que essa resolução seria usada para tudo o que a entidade realizasse daqui para frente. Várias argumentações foram feitas a cerca de todas as possibilidades de empresas patrocinadoras. Foi colocada a necessidade de que uma discussão desse porte deveria ser feita em espaço de plenária. A proposta foi acatada e uma sistematização das argumentações já realizadas foi preparada para a plenária final onde foi definida a política de patrocínios.

Plenária Final Do XXXII Encontro Científico Dos Estudantes De Medicina

Rio de Janeiro, 23 de julho de 2002

Política de Patrocínio da DENEM

Conforme deliberado durante a III ROEx, a definição da política de patrocínios da DENEM ficou para ser feita no espaço da plenária final e seguiu metodologia de etapas. Para cada item houve o resumo das argumentações feitas durante a III ROEx, acontecida dia antes, defesa de propostas e votação, exceto quando se julgou que o ponto necessitava de maior tempo para argumentações.

Laboratórios e Indústrias Farmacêuticas- em favor da aceitação do patrocínio desse tipo de empresa foram colocados argumentos de que todos nós precisamos fazer uso de medicamentos de um modo ou de outro e que o ideal não é negar o patrocínio, mas promover discussão consciente para que estudantes não sejam influenciados em sua prática médica pela propaganda do laboratório ou indústria farmacêutica. Foi colocada a questão de que muitas CL's já recebem patrocínio de indústrias farmacêuticas, que cada vez batem à porta dos CA's e DA's oferecendo patrocínio para vários tipos de atividades. Contrário a aceitação do patrocínio, a argumentação foi feita defendendo-se a influência negativa dessa propaganda sobre a prática médica, principalmente do estudante cuja prática ainda não está definida; a questão de se associar o nome do laboratório ao nome da DENEM, quando este tipo de empresa contraria os princípios de nosso movimento.

Vedado patrocínio de laboratórios e indústrias farmacêuticas.

Laboratórios de Medicamentos Genéricos- argumentações foram todas em contrário, dizendo que tratava-se somente de um nicho dentro da mesma indústria farmacêutica e que os benefícios em relação aos custos etc, não eram nem mesmo assim tão significativos. Contextualização de que no momento em que foi realizada a deliberação em favor da aceitação de patrocínio das indústrias que fabricavam medicamentos genéricos, a questão dos genéricos era ainda muito incipiente e havia uma campanha em favor desses medicamentos.

Vedado patrocínio de laboratórios e indústrias farmacêuticas que produzem medicamentos genéricos.

Laboratórios de Análises Clínicas- A favor foram colocadas questões como o fato do SUS, não ser sistema público de saúde e sim Único, o que conta também com o sistema privado. Os laboratórios particulares prestam serviços ao SUS, já que os laboratórios da rede pública oferecem serviço deficiente. Em contrário à aceitação desse tipo de patrocínio foram colocadas questões como o grande "lobby" realizado por essas empresas, que cobram preços acima da tabela do SUS por serviços prestados, comprometendo o orçamento do SUS, além de contrariarem os princípios da medicina baseada em evidências Sendo a defesa do SUS um de nossos princípios, temos que nos colocar contrariamente a essas empresas. Na divisão dos exames, os laboratórios privados realizam para o SUS os exames lucrativos e os demais são realizados pelo sistema público.

Vedado patrocínio de laboratórios de análises clínicas.

Planos de Saúde- A favor da aceitação do patrocínio de planos de saúde foram colocados argumentos de que essas empresas fazem parte da realidade de nosso mercado de trabalho; uma possibilidade de se conhecer uma prática médica diferente. Em contrário foi colocada a questão da defesa do Sistema Único de Saúde e do acesso à saúde gratuita que deve ser garantida a todos. Também a questão do "lobby" dessas empresas em contrário a implementação do SUS.

Vedado patrocínio de planos de saúde.

Empresas cujos produtos tenham potencial de gerar males à saúde:

- **Bebidas Alcoólicas**- foi muito discutida a questão da venda de bebidas no espaço dos encontros e os contrassensos de não se aceitar patrocínio, mas se promover a venda. Também foi discutida a veiculação da marca das bebidas de uma forma ou de outra através dos rótulos dos produtos que circulam pelos encontros. Foi discutida a questão cultural do consumo moderado de bebidas como parte de um processo saudável, mas também a necessidade de se tentar fazer campanhas contra o abuso no consumo de álcool. Quanto à aceitação de patrocínio desse tipo de empresa foram feitas argumentações em contrário baseadas na diferença entre se consumir/ vender um produto e divulgá-lo ao lado do nome da entidade, como um parceiro e o quanto é complicado que façamos isso tendo em vista que o uso excessivo de álcool pode gerar tanto mal à saúde. Em favor, foi colocada a questão de que só o uso excessivo gera males à saúde.

É permitida a venda de bebidas alcólicas nos espaços dos encontros da entidade, mas deve ser realizada paralelamente campanha contra o uso excessivo destas.

Permitido aceitar patrocínio de fabricantes de bebidas alcoólicas.

- **Cigarros**- por seu mal à saúde já comprovado, foi defendido que não se aceitasse esse tipo de patrocínio, não havendo argumentações em favor.

Vedado patrocínio de indústrias de cigarros.

- **Transgênicos**- por todos os potenciais danos à saúde e pela falta de dados mais consistentes sobre sua utilização, foi defendido que não se aceitasse patrocínio de empresas que trabalham com transgênicos, não havendo argumentações em favor.

Vedado patrocínio de empresas que trabalham com produtos transgênicos.

Ícones do Capitalismo- foram colocadas questões como a impossibilidade de determinarmos esse tipo de proibição, quando não há deliberações da entidade posicionando-se contra o capitalismo. Mas foi feita argumentação de que durante o Seminário do CENEPES “A DENEM no Divã” ficou definido que a DENEM era uma entidade suprapartidária de esquerda. Discutida questão de vivemos em mundo capitalista e que todas as empresas que possam dar patrocínio serão sempre ícones do capitalismo. Em contrário foi colocada questão de que há diferenças entre se viver em um mundo capitalista e almejar o lucro e se simbolizar a divisão do mundo como se dá hoje. Ficou o entendimento da necessidade de se aprofundar a discussão sobre sistemas.

Pela votação, cai a deliberação de ser vedado patrocínio de ícones do capitalismo, mas fica uma recomendação de que empresas que contrariem os princípios da entidade sejam evitadas.

Durante a discussão de cada um dos itens surgiram demandas de que vários temas fossem aprofundados, à medida em que não basta não aceitar patrocínio de determinadas empresas. Se julgamos que elas contrariam nossos princípios devemos pensar em confrontá-las. Além disso, algumas discussões pareceram carecer de

embasamento teórico e para isso foram propostas discussões com convidados, palestrantes. Assim, são pontos de pauta para a próxima Reunião de Órgãos Executivos da DENEM, no sentido de aprofundarmos a possibilidade de nos engajarmos em uma luta contra essas empresas:

- Laboratórios e Indústrias Farmacêuticas e sua influência na pesquisa e na prática médica
- Laboratórios de análises clínicas e sua relação com o SUS
- Planos de Saúde

Plenária Final Do XXXVI Encontro Científico Dos Estudantes De Medicina

Fortaleza, 22 de julho de 2006

Política de Patrocínio da DENEM

A estudante Raffaella (UFPR) apresentou as discussões do Grupo de Trabalho realizado sobre o tema. Disse que se trabalhou a partir das deliberações que a entidade já tinha tomado desde 2002 para debater mudanças. Ricardo (UFBA) mencionou a discussão ocorrida no ECEM de 2002, evento que teve um grande prejuízo, mas que mesmo assim não foi permitido o patrocínio de indústrias farmacêuticas. Disse que se a DENEM se coloca como defensora do Sistema Único de Saúde, precisa entender os grupos que disputam esse cenário. Neste sentido o setor privado da saúde se coloca como um dos principais elementos contrários à real implementação do SUS. Assim, defendeu a manutenção do veto a laboratórios e à indústria farmacêutica (incluindo as que produzem genéricos), laboratórios de análises clínicas e planos de saúde. Incluir o veto à Indústria de equipamentos médico-hospitalares e estabelecimentos privados de assistência à saúde lucrativos e filantrópicos. Rafaella (UFPR) falou que a indústria farmacêutica não se baseia em necessidades sociais para determinar suas ações, mas sim no mercado. Defendeu também a restrição total de parcerias entre a Executiva e a Indústria Farmacêutica. Sente falta de se fazer análises sobre a indústria farmacêutica pública. Letícia (UFRJ) propôs que a DENEM não aceite dinheiro nenhum do governo, uma vez que ele realiza coisas que são contrárias ao que é defendido pela entidade. Teme que se possa chegar à situação de dependência que vive hoje a UNE com relação ao Governo Federal. Bomfim (UFBA) disse que ter uma política de patrocínio clara é a melhor forma de impedir dependência. Apresentou sua posição contrária a aceitar patrocínio de indústria farmacêutica, mesmo que não se veicule o nome de um medicamento em específico, pois trata-se de atrelar a entidade à imagem de um setor tão contrário aos nossos posicionamentos. Por fim, propôs que se usasse o termo tabaco, mais amplo, com relação ao veto à indústria de cigarros. Moisés (UERJ) com relação ao financiamento governamental, frisou que se trata de dinheiro público e de verbas que existem justamente para serem aplicadas no que nos propomos a realizar. Concordaria em não aceitar dinheiro público para realizar festas ou turismo, mas não se trata disso. Thiago Gaúcho (UFPE) pediu que se discutisse também formas de levar essa pauta para as Regionais e CLs, pois é muito ruim apenas apresentar um pacote de restrições no momento em que a CL está se propondo a receber um encontro da entidade, por exemplo. Ricardo (UFBA) propôs a manutenção do veto a Nestlé e

ampliação para todas as empresas de nutrição infantil. Naheri (UFPA) questionou quais seriam as formas da entidade estimular essa discussão nas CLs, já que percebe que deliberar por estimular é uma deliberação vazia. Thiago Gaúcho (UFPE) respondeu que as visitas dos coordenadores regionais poderiam abordar a questão, assim como a realização de oficinas sobre financiamento do movimento estudantil e divulgação das deliberações aqui tomadas. Estudante perguntou como se daria a realização dos eventos e projetos da DENEM com tantas restrições a patrocínios. Júlia (UNIRIO) respondeu que, como foi visto na prestação de contas, a entidade tem como principais fontes de financiamentos as taxas do intercâmbio nacional e internacional, dinheiro que é prioritariamente gasto com a própria manutenção dos estágios, os lucros dos encontros e patrocínios como a parceria com a Federação Nacional dos Médicos. Esclareceu também que as semestralidades são pagas pelos CA/DAs e o valor é dividido entre a Regional e a Nacional. Aproveitou para informar que a única regional que coletou semestralidades na gestão em curso foi a Nordeste 1. Sawllus (UFF) concorda que seja utilizado o dinheiro público para a realização das ações da DENEM. Argumentou que deve ser discutido o caráter dos encontros, porém não neste momento e sim em momento propício a tal fim. Denize (UFF) pontuou que não foi abordada na discussão a questão dos transgênicos, mas entende que isso significa a manutenção da deliberação anterior que é de veto à indústria que produz transgênicos. Caio (UFPA) pediu para incluir veto aos cursinhos Pré-Residência Médica. Diz que a DENEM deve se auto-sustentar, pois não concorda que o governo libere verbas para os movimentos e tampouco que a DENEM fique a mercê destas verbas. Denize(UFF) disse que a DENEM recebe patrocínio do ministério da saúde e que concorda, pessoalmente, com o patrocínio público afirmando que não é porque o recebe que a DENEM irá se atrelar politicamente. Ciro (USP) fala que a DENEM pode sim receber patrocínio do governo, porém isso não pode significar atrelar espaço para que nenhuma pessoa do governo se envolva nas ações da Executiva. Moisés (UERJ) falou a respeito de cigarros e bebidas alcoólicas, pois pensa que ambas são antagônicas ao que uma entidade de estudantes de medicina deve se vincular. Sugeriu que a DENEM não aceite patrocínio de ambos tipos de empresa. Andréa (UFC) disse que se for vetado o patrocínio de bebidas alcoólicas é importante que também sua venda seja proibida no evento, pois seria uma incoerência. Ressaltou que sua proposta não inclui a proibição de que os estudantes possam beber nos encontros, porém a organização do evento deve proibir a venda dentro do evento. Andrei (UCS) defendeu que a entidade pudesse aceitar doações de bebidas alcoólicas, ou seja, um patrocínio indireto. Acredita que em situação alguma a DENEM deve se comprometer a vincular o nome do produto ao evento. Caberia a empresa decidir doar mesmo assim. Letícia (UFRJ) pensa que ser contra as posturas das indústrias farmacêuticas não significa ser contra os remédios. Da mesma forma se deveria proceder com as bebidas. Não aceitar patrocínio, porém não vetar a venda nos encontros. Raffaella (UFPR) pensa também que são dois assuntos distintos. Pensa que é muito negativo vincular o nome da Executiva à bebidas alcoólicas. Andressa (PUCCAMP) diz que é a favor do veto de patrocínio a indústria de bebidas, mas teme que de radicais passemos a ser incoerentes. Pensa que por mais que o objetivo do evento não seja fazer festas, não há como realizá-lo apenas com palestras e reuniões. Carol (UPE) acredita que a questão do patrocínio deve recair apenas sobre a não-vinculação da Executiva ao nome de uma empresa de bebidas. Thiago Gaúcho (UFPE) concordou com Raffaella com relação a

tratar a questão do patrocínio e da venda de formas distintas. André (UPE) disse haver uma certa incoerência quanto a proposta de Andrei, pois uma vez doado o produto já está sendo veiculado a marca, ou seja, já está sendo feita a publicidade. Lucas (UFBA) não cabe deliberar o veto ao patrocínio sem traçar ações que realmente confrontem a realidade. Da mesma forma, não acredita que a entidade possa aceitar doações se deliberar pelo veto ao patrocínio. Moisés (UERJ) falou que é contra principalmente por conta da veiculação da marca da bebida ao nome do evento. Andréa (UFC) reafirmou sua proposta. A mesa sugeriu aos presentes que a plenária fosse prolongada por mais uma hora antes do intervalo do almoço a fim de que pudessem discutir o restante dos tópicos referente à política de patrocínio. Proposta da mesa foi aceita. Andrei (UCS) retomou a discussão acerca das semestralidades propondo que as CL s que não estejam com suas dívidas quitadas não tenham direito a inscrever estudantes no XIX COBREM. Loraine (UFPR) opinou que esta política de financiamento da entidade deve ser mantida, porém em 2007 as semestralidades não devem ser cobradas, tendo em vista que em muitas regionais as visitas às CL s não estão acontecendo. Denize (UFF) lembrou as deliberações do XVI II COBREM (2006) acerca das semestralidades, quando foi decidido pela anistia da dívida de todas as coordenações locais. Portanto, a CL só pode estar devendo o primeiro semestre de 2006. Completou que também fazia parte da deliberação a reavaliação dessa questão no COBREM 2007. Fernando (UNICAMP) disse que não aceita nenhuma restrição frente à dívidas, pois não concorda que seja uma forma de convencimento quanto à importância da semestralidade, ou qualquer outro pagamento. A mesa direcionou o debate para a proposta de veto ao patrocínio de colégios e cursos particulares. Andréa (UFC) opinou que o veto deveria ser redigido como veto ao patrocínio do setor privado da educação. Gabriela (EBMSP) questionou se a proposta colocada significaria a impossibilidade de que as Escolas médicas privadas pudessem patrocinar eventos da Executiva, pois assim os CA/DAs dessas universidades teriam grandes problemas em receber eventos da DENEM. Ciro (USP) encaminhou a proposta de veto ao patrocínio de instituições privadas de ensino fundamental e médio (filantrópicas ou não). Além do veto ao patrocínio de cursos pré-vestibulares. Thiago Gaúcho (UPE) pensa que não há maturidade para deliberar sobre a questão do setor privado em educação. Propôs que o debate fosse melhor aprofundado nas próximas reuniões e que, portanto, não se delibere sobre isso nesta plenária. Moisés (UERJ) esclareceu que a proposta que se coloca não impede que os CA/DAs de escolas privadas recebam encontros da Executiva.

Encaminhamentos consensuais:

- **Manutenção do veto a indústria farmacêutica (inclusive as que produzem genéricos);**
- **Manutenção do veto a patrocínio oriundo de laboratórios de análises clínicas;**
- **Manutenção do veto a planos de saúde;**
- **Manutenção do veto ao patrocínio de indústrias de produtos transgênicos;**
- **Veto a todas as empresas de nutrição infantil (política de patrocínio anterior se referia apenas à Nestlé);**
- **Veto a Indústria de tabaco (política de patrocínio anterior se referia à indústria de cigarro);**

- **Veto a indústria de equipamentos médico-hospitalares e estabelecimentos privados de assistência a saúde lucrativos e filantrópicos.**
- **Veto ao patrocínio de cursos pré-residência.**
- **Veto ao patrocínio de cursos pré-vestibulares;**

Iniciado o processo de votação das propostas discensuais.

- patrocínio do governo;

A mesa iniciou pela questão do veto a patrocínio de governo aos encontros e atividades da Executiva. Defesa de propostas. Letícia (UFRJ) defendeu que a DENEM não receba financiamento do governo por coerência com suas deliberações. Marcos (UFPA) argumentou que se a entidade nunca se dobrou a nenhum governo por conta de financiamento não significa que não fará no futuro porque depende de quem está na gestão da entidade, portanto defendeu que se tomasse uma atitude preventiva de vetar totalmente essa parceria. Contra a proposta falaram os estudantes Sawllus (UFF) e Ciro (USP) que defenderam que faz parte do papel dos governos de formar recursos humanos para o SUS investir na formação desses profissionais e, portanto, investir em encontros como o ECEM. Argumentaram que as decisões sobre o financiamento da entidade estão nas mãos dos CA/DAs, nas ROEx, portanto, não haveria necessidade de se criar medidas preventivas contra o atrelamento à governos. A mesa procedeu a votação, onde onze (11) estudantes foram a favor do veto, sessenta e sete (67) foram contrários e nove (9) se abstiveram. Declarações de voto: Naheri (UFPA) disse concordar com a deliberação, mas não se sente confortável em apoiá-la frente a aplicação que se dá, neste mesmo ECEM, por exemplo a esse dinheiro. Carla (Uncisal) expressou a mesma opinião. A mesa esclareceu que podem ser feitos encaminhamentos ainda acerca deste ponto. A estudante Naheri então propôs a discussão das formas e limites de uso do patrocínio financeiro do Governo utilizado para os encontros, em um momento específico ainda este ano. Seu encaminhamento foi consensual.

-Não há veto a patrocínio de governo

- indústria de bebidas alcoólicas;

A mesa partiu, então, para a votação acerca da indústria de bebidas alcoólicas. Cinquenta e oito (58) estudantes foram favoráveis ao veto do patrocínio da indústria de bebidas alcoólicas, onze (11) estudantes foram contra e dezenove (19) se abstiveram. Passou-se ao encaminhamento de Andréa que objetivava a restrição da venda de bebidas alcoólicas pela organização dos encontros da Executiva (encaminhamento que era condicionado ao veto). Nove (9) estudantes eram a favor da restrição na venda, sessenta e quatro (64) eram contrários e treze (13) se abstiveram. Assim, a mesa declarou:

- vetado o patrocínio direto da indústria de bebidas alcoólicas e que às comissões organizadoras dos encontros da entidade é permitida a venda de bebidas alcoólicas.

O terceiro encaminhamento acerca do tema levado à votação foi o de Andrei. Trinta e quatro (34) estudantes foram favoráveis à aceitação de doações de bebidas que não significasse a veiculação da marca ao encontro ou à Executiva. Trinta (30) estudantes foram contra e houve vinte e uma (21) abstenções. **Assim a mesa declarou que há a**

possibilidade de aceitar doação de bebidas alcoólicas sem que haja na contrapartida a divulgação da marca.

- instituições privadas de ensino;

A última votação realizada foi a relacionada ao patrocínio de instituições privadas de ensino. O primeiro encaminhamento foi com relação a votar ou não essa matéria nesta plenária. Trinta e oito estudantes eram favoráveis, dezesseis contrários e dezessete se abstiveram. Com o resultado dessa votação, a mesa questionou se haveria consenso sobre o veto às instituições privadas de ensino médio ou fundamental (filantrópicas ou não). O consenso existia, porém ainda havia discenso sobre o veto total ou apenas se a instituição exigisse a veiculação da sua marca. A mesa procedeu a votação da seguinte forma: Proposta 1) vetar patrocínio de instituições privadas de ensino fundamental e médio (filantrópicas ou não) dez (10) votos; Proposta 2) patrocínio de instituições privadas de ensino fundamental e médio (filantrópicas ou não), caso esta esteja associada com a vinculação da marca trinta e um (31) votos e vinte e oito (28) abstenções. Assim a DENEM resolve:

- vetar patrocínio de instituições privadas de ensino fundamental e médio (filantrópicas ou não), caso esta esteja associada com a vinculação da marca.

RESUMO:

- **manutenção do veto a indústria farmacêutica (inclusive as que produzem medicamentos genéricos);**
- **manutenção do veto a patrocínio oriundo de laboratórios de análises clínicas;**
- **manutenção do veto a planos de saúde;**
- **manutenção do veto ao patrocínio de indústrias de produtos transgênicos;**
- **veto a todas as empresas de nutrição infantil (política de patrocínio anterior se referia apenas à Nestlé);**
- **veto a Indústria de tabaco (política de patrocínio anterior se referia à indústria de cigarro);**
- **veto a indústria de equipamentos médico-hospitalares;**
- **veto a estabelecimentos privados de assistência a saúde lucrativos e filantrópicos.**
- **veto ao patrocínio de cursos pré-residência.**
- **veto ao patrocínio de cursos pré-vestibulares;**
- **veto ao patrocínio direto da indústria de bebidas alcoólicas e que às comissões organizadoras dos encontros da entidade é permitida a venda de bebidas alcoólicas;**
- **veto ao patrocínio de instituições privadas de ensino fundamental e médio (filantrópicas ou não), caso esta esteja associada com a vinculação da marca na divulgação do encontro.**

Plenária Final Do XXXVII Encontro Científico Dos Estudantes De Medicina

Florianópolis, 28 de julho de 2007.

Propostas provenientes do GT de Política de Patrocínio da DENEM

Propostas consensuais em plenária final:

A DENEM resolve:

1. Atualizar sua política de patrocínio quanto à:

- a) veto ao patrocínio de políticos, partidos políticos, candidatos e indivíduos;**
- b) veto ao patrocínio de rede de farmácias alopáticas e homeopáticas;**
- c) veto a patrocínio das empresas: Vale do Rio Doce e Aracruz Celulose;**

2. Incentivar o uso de produtos reciclados nos encontros da DENEM;

3. Incentivar que as CLs discutam a relação das empresas locais com o meio-ambiente antes de pedir patrocínio;

4. discutir nos próximos eventos sua política de patrocínios provenientes de:

- a) institutos, fundações e ONGs;**
- b) através de fundações privadas de universidades/faculdades/Hospitais;**

5. Estimular a organização nos seus encontros de espaços para estandes para divulgação e venda de produtos;

6. Preparar um guia específico de como organizar seus eventos, incluindo o debate sobre sua política de patrocínio e outras formas de captar recursos.